## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 442, DE 1999

## REDAÇÃO FINAL

Cria os Bairros Crixa e Nacional na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

- Art. 1° Ficam criados os Bairros Crixá e Nacional, na Região Administrativa de São Sebastião RA XIV, com as seguintes delimitações:
  - I Bairro Crixá:
- a) ao sul, divisa com o Setor de Chácaras Morro da Cruz;
- b) a leste, divisa com a mata do Capão da Onça;
- c) a oeste, divisa com os Bairros São José e São Francisco;
  - d) ao norte, divisa com a DF 135;
  - II Bairro Nacional:
  - a) ao sul, divisa com o Bairro Morro Azul;
- b) a leste, divisa com a Avenida dos Eucaliptos;
- c) a oeste, divisa com o Bairro Jardim Botânico;
- d) ao norte, divisa com o Córrego Mato Grande.

Parágrafo único. Fica incluída no Bairro Nacional a Vila do Boa.

Art. 2º As áreas dos Bairros Crixá e Nacional serão parceladas pelo Poder Executivo, obedecidas as disposições da Lei Federal n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e, da Lei Complementar n° 017, de 28 de janeiro de 1997, que aprovou o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.

Art. 3° As áreas de que trata o art. 1° ficam destinadas ao uso habitacional, permitidos os usos institucional e comercial complementares.

Art. 4° As áreas destinadas aos Bairros Crixá e Nacional ficam desafetadas de sua primitiva destinação, passando a bem dominial, obedecido o disposto no art. 51, § 1°, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 5° Terão prioridade na ocupação dos lotes dos Bairros Crixá e Nacional, preferencialmente:

I - inquilinos moradores de São Sebastião,
que se enquadrem nos critérios dos programas
habitacionais de baixa renda;

II - integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que atuem em locais de trabalho próximos a São Sebastião e que participem do programa habitacional SERVIR.

Art. 6° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art.  $7^{\circ}$  Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2001.

(Republicado por ter saído com incorreção no DCL de 03/09/2001)